

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL - UNINTER
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**MARIA DE FÁTIMA SANTOS DA SILVA
1209156**

**O QUE DIZEM OS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS SOBRE A ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR NO
BRASIL: UMA ANÁLISE ACERCA DE PUBLICAÇÕES EM PERIÓDICOS NA
ÚLTIMA DÉCADA**

**RIO GRANDE/RS
2022**

MARIA DE FÁTIMA SANTOS DA SILVA

**O QUE DIZEM OS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS SOBRE A ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR NO
BRASIL: UMA ANÁLISE ACERCA DE PUBLICAÇÕES EM PERIÓDICOS NA
ÚLTIMA DÉCADA**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à disciplina e Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Prof. Profa. Ma. Silmara C. R. Quintana

RIO GRANDE/RS

2022

MARIA DE FÁTIMA SANTOS DA SILVA - 1209156

**O QUE DIZEM OS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS SOBRE A ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR NO
BRASIL: UMA ANÁLISE ACERCA DE PUBLICAÇÕES EM PERIÓDICOS NA
ÚLTIMA DÉCADA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, apresentado à disciplina de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER / Curitiba-PR, como requisito final para a obtenção do título de Bacharel.

Aprovado em: ____ de _____ de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Professor 1 (Titulação e nome completo)
Instituição 1

Professor 2 (Titulação e nome completo)
Instituição 2

Professor 3 (Titulação e nome completo)
Instituição 3 (Orientador)

Esse estudo, com seus limites e possibilidades, é dedicado a todas(os) que atuam na Assistência Estudantil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas(os) aquelas(es) que compartilham do sonho de um outro mundo possível e que transformam esse sonho em caminhada, em ação, em trabalho. São essas(es) que me fazem seguir buscando ser uma profissional, mas sobretudo ser humano, a cada dia mais comprometida com cada passo dado, com cada escolha e com as consequências daquilo que construímos.

Agradeço a Deus, agradeço às(aos) minhas(meus) familiares, às(aos) minhas(meus) amigas(os), às(aos) professoras(es), às(aos) colegas da Uninter e todas(os) que atuam na mesma e que contribuíram para minha formação até aqui.

Agradeço à orientadora e às(aos) integrantes da banca pela leitura atenta e considerações.

“Nenhuma ação profissional (e não só dos assistentes sociais) suprimirá a pobreza e a desigualdade na ordem do capital. Mas seus limites e padrões podem variar, e esta variação é absolutamente significativa – e sobre ela pode incidir a ação profissional, incidência que porta as possibilidades de intervenção que justifica e legitima o Serviço Social. O conhecimento desses limites e dessas possibilidades fornece a base para ultrapassar o messianismo, que pretende atribuir à profissão poderes redentores, e ao fatalismo, que o condena ao burocratismo formalista”.

(NETTO, 2012, p. 166)

RESUMO

A presente monografia teve como objetivo analisar a produção acadêmica dos assistentes sociais sobre os limites e possibilidades da assistência estudantil no Ensino Superior, nos últimos dez anos. O estudo partiu da consulta ao banco de dados disponível no Portal de Periódicos da CAPES. Buscou-se compreender quais os desafios e temas que se apresentam na discussão proposta pelos autores, partindo do método dialético-crítico e utilizando a pesquisa bibliográfica e análise de natureza qualitativa dos dados para tal. A partir do estudo foi possível concluir que a questão social e os impactos da desigualdade social, o caráter seletivo das ações de assistência estudantil, o trabalho coletivo e a defesa da educação enquanto direito são alguns dos temas fundamentais quando pensamos a Universidade como espaço sócio-ocupacional do Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social. Assistência Estudantil. Desigualdade Socioeconômica.

ABSTRACT

The present monograph aimed to analyze the academic production of social workers about the limits and possibilities of student assistance in Higher Education in the last ten years. The study started by consulting the database available at CAPES's Periodicals Portal. We sought to understand the challenges and themes that are presented in the discussion proposed by the authors, starting from the dialectical-critical method and using bibliographic research and qualitative analysis of the data for this purpose. From the study it was possible to conclude that the social issue and the impacts of social inequality, the selective character of student assistance actions, collective work and the defense of education as a right are some of the fundamental themes when we think of the University as social-occupational space for Social Service.

Key-words: Social Work. Student Assistance. Socioeconomic Inequality.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFESS	Conselho Federal do Serviço Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Incentivo a Estudantes do Ensino Superior
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-reitores
GDE	Programa de Gratificação e Estímulo a Docência
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PBP	Programa de Bolsa Permanência do MEC
PEP	Programa de Ensino Profissionalizante
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PRAE	Pró-reitoria de Assuntos Estudantis
PROUNI	Programa Universidade para todos
REUNI	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	Universidade Federal de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
CAPÍTULO I - A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS	14
1.1 HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL.....	14
1.1.1 O Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES	18
CAPÍTULO II - A ATUAÇÃO DOS(AS) PROFISSIONAIS ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	21
2.1 A EDUCAÇÃO ENQUANTO ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL	21
2.2 A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR: A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E SEUS DESAFIOS E POTÊNCIAS	25
CAPÍTULO III - O QUE DIZEM OS/AS ASSISTENTES SOCIAIS? RESULTADOS DA PESQUISA.....	28
3.1 ARTIGOS ANALISADOS: TEMAS E QUESTÕES APRESENTADAS.....	28
CAPÍTULO IV - APROXIMAÇÕES ENTRE OS ARTIGOS ANALISADOS FRENTE OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	47

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como foco analisar a produção bibliográfica realizada por profissionais assistentes sociais nos últimos dez anos, tendo como base de dados o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e como tema a assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

O seu objetivo é compreender quais os principais temas que atravessam o cotidiano dos(as) assistentes sociais e que se traduzem em sua produção acadêmica, quando pensamos sua inserção na execução das políticas relacionadas à assistência estudantil, problematizando os desafios e possibilidades que integram seu fazer cotidiano, sobretudo a partir da Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

O problema abordado na presente monografia pode ser definido como: acerca da produção acadêmica da última década, protagonizada por profissionais assistentes sociais disponíveis em Periódicos da CAPES, quais temas adquirem relevância e o que eles nos apontam acerca da atuação dos(das) profissionais no que tange aos desafios e potencialidades encontradas para a superação das desigualdades socioeconômicas que impactam na permanência dos(as) estudantes no ensino superior?

Quanto à Metodologia empregada, se trata de uma pesquisa que tem a Teoria Crítica Marxista como método, partindo do entendimento de que ela permite olhar para as contradições da questão social e pensar em seus limites e também potencialidades, tendo em vista que “marxismo busca compreender o movimento real das coisas, no qual o desenvolvimento histórico dá-se sob a tensão de forças opostas, geradas nas condições materiais da vida cotidiana (SOBRAL, 2012, p.14).

A pesquisa tem abordagem de natureza qualitativa, tendo em vista que sua intenção foi analisar a produção bibliográfica dos(das) assistentes sociais nos últimos dez anos. Para tal, utilizamos como fonte o Portal de Periódicos da CAPES, que se constitui em uma biblioteca virtual que compila e disponibiliza, para consulta, artigos publicados em todo o mundo acerca dos diferentes temas que envolvem a pesquisa científica. O Portal foi criado em novembro de 2000 e tem como foco contribuir para o acesso ao conhecimento de forma atualizada, sendo atualmente a maior base de dados de tal natureza do país.

Na presente monografia interessou a consulta acerca dos textos publicados em periódicos que versassem sobre a assistência social e o Serviço Social e que trouxessem em seu conteúdo articulações com o PNAES e seus limites e possibilidades para o desenvolvimento das políticas voltadas para a permanência no Ensino Superior. Foram identificados em um primeiro momento 41 documentos com tais características publicados na última década. Desse total, 7 foram escritos por autores(as) assistentes sociais. Esses compõem o corpus de análise da pesquisa.

A análise de dados foi realizada através da Análise de Conteúdo, entendida aqui como “técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada” (BAUER, 2008, p. 191), que, portanto, se aplica a proposta da presente Monografia, sobretudo quando recorremos a Cardoso, Oliveira e Ghelli (2021, p. 100), que afirmam:

A Análise de Conteúdo, enquanto procedimento de pesquisa, desempenha um importante papel nas investigações no campo das pesquisas sociais, já que analisa com profundidade a questão da subjetividade, ao reconhecer a não neutralidade entre pesquisador, objeto de pesquisa e contexto.

Assim, partindo de tais pressupostos, entendemos que esse trabalho se situa dentro da Linha de Formação Profissional, Trabalho e Identidade Profissional, no que tange à Formação Profissional, Trabalho e Identidade Profissional, tendo em vista que abordou a formação profissional como eixo fundante da construção da identidade profissional e social do(a) assistente social, a interdisciplinaridade, o desenvolvimento do trabalho na perspectiva das políticas públicas, cidadania e emancipação social e a Educação e Serviço Social, partindo daquilo que os(as) profissionais expressam em suas publicações acadêmicas, no tocante ao acesso e permanência no Ensino Superior.

É importante que se diga que as políticas que garantiram o acréscimo de vagas nas Universidades nos últimos anos, o ingresso de grupos sociais em situação de desigualdade socioeconômica e as ações voltadas para a assistência estudantil, sobretudo com o PNAES, geraram a ampliação no número de profissionais assistentes sociais nas Universidades e ao mesmo tempo a complexificação das ações desenvolvidas, que passam a atuar no processo de avaliação socioeconômica para o ingresso na Universidade e também para a permanência, bem como no acompanhamento social dos(as) acadêmicos.

Isso traz um espaço importante de atuação, mas também a necessidade de reflexão sobre a prática, sobre a atuação profissional e seus limites e potencialidades, bem como sobre os impactos que a execução das ações voltadas para o acesso e permanência no Ensino Superior trazem para que os(as) estudantes em situação de desigualdade social possam acessar as Instituições Federais de Ensino Superior.

As políticas de assistência estudantil são seletivas, ou seja, não é possível atender a totalidade de estudantes que estão dentro do perfil para acesso, ao passo que há a defesa de que sejam universais e de que a educação, enquanto direito fundamental, possa se materializar na prática, inclusive no Ensino Superior.

O Serviço Social tem uma contribuição fundamental na qualificação da assistência estudantil, não apenas na sua execução, mas sobretudo na definição de seus rumos e na disputa política para que sejam cada vez mais ampliadas suas fontes de custeio e manutenção.

É certo que o PNAES “representou um marco histórico na área da assistência estudantil, pois foram anos de reivindicações dos diversos movimentos sociais para que essa temática tivesse uma atenção especial” (Vasconcelos, 2010, p. 614), contudo, ainda há muito o que se avançar, sobretudo para que se tenha uma Política de Assistência Estudantil com recursos reajustados anualmente e condizentes com a realidade das Universidades e os desafios da permanência.

Não há como se pensar a assistência estudantil sem situar a educação enquanto direito que continua sendo negado para uma parcela grande da população em sua integralidade e igualdade de condições; da mesma forma, a definição dos rumos e execução da assistência estudantil precisa contar com os saberes/fazeres da área do Serviço Social.

Assim, estudar de que forma é percebida sua atuação, quais os desafios que perpassam seu cotidiano, seja do ponto de vista das condições de trabalho ou do enfrentamento da questão social – o que não pode ser entendido de forma isolada – é fundamental para que se possa avançar.

Ao mesmo tempo, o alargamento do campo de atuação, com a presença de mais profissionais e a criação de ações voltadas para a superação das desigualdades socioeconômicas, como é o caso da assistência estudantil, abre uma série de possibilidades de construção e de fortalecimento do trabalho para o(a) profissional assistente social, que estão para além da concessão de auxílios ou

avaliação socioeconômica, posto que envolvam o cotidiano do acompanhamento social, as ações com grupos específicos e a discussão das ações afirmativas, buscando contribuir para seu fortalecimento e continuidade.

Isso é o que justifica a importância da presente pesquisa, a qual se estruturou da seguinte forma, no que diz respeito aos capítulos que serão apresentados na sequência.

Iniciamos a discussão abordando aspectos do histórico da assistência estudantil no Brasil, bem como as principais alterações que tivemos nos últimos tempos, sobretudo com o PNAES. Esse foi o tema do primeiro capítulo intitulado “A Assistência Estudantil no Contexto das Universidades Brasileiras”.

Foram temas do capítulo a trajetória histórica da assistência estudantil no Brasil e a forma como as políticas criadas no Brasil no início do século XXI contribuem para que cada vez mais as classes populares estejam na Universidade, o que traz uma série de desafios e possibilidades.

O segundo capítulo teve como tema a atuação dos assistentes sociais nos espaços educativos, focando de forma mais direta na assistência social e no ensino superior. Nesse sentido, foram abordados aspectos relacionados à trajetória do Serviço Social, assim como sua configuração, projeto ético-político e os desafios vivenciados nas Universidades no que diz respeito ao Ensino Superior.

Finalmente, no capítulo “O que dizem os(as) assistentes sociais? Resultados da Pesquisa” foram apresentados os sete artigos que integraram a análise desenvolvida, buscando apontar ao final os elementos que os aproximam e que permitiram pontuar alguns dos principais desafios, mais também possibilidades do Serviço Social na assistência estudantil.

Podemos dizer que ainda há muito que se avançar no sentido de garantir que as políticas voltadas à permanência na Universidade sejam cada vez mais fortalecidas e atendam a todos(as). Contudo, com o PNAES e o aporte de recursos financeiros nas Instituições para tal finalidade, temos um aumento quantitativo de servidores(as) públicos(as) assistentes sociais que, além de atuar nesse espaço sócio-ocupacional, desenvolvem estudos e reflexões que contribuem para a busca constante de qualificação das políticas públicas desenvolvidas.

CAPÍTULO I - A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Podemos dizer que o acesso ao Ensino Superior no Brasil ainda é um desafio, sobretudo para os grupos sociais que vivem em situação de maior desigualdade socioeconômica. Segundo Nierotka e Trevisol (2016, p.23) “ao longo de toda a sua história, de um modo geral, as universidades têm sido espaços ocupados pelas elites detentoras do capital econômico, social e cultural”.

É evidente que a partir do início do século XXI, começamos a ver algumas ações que buscam garantir a democratização do acesso ao ensino superior, bem como a permanência dos(as) estudantes na Universidade, porém ainda há muito o que se avançar.

Vamos apresentar brevemente esse histórico, buscando mapear as principais ações que fazem parte da trajetória da assistência estudantil no Brasil, bem como de que forma impactaram na vida acadêmica dos(as) estudantes em situação de desigualdade na mesma.

1.1 HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

Quando voltamos nossa atenção para a história das Universidades Brasileiras, podemos afirmar que o nascimento dessas aconteceu de forma tardia, quando comparado com os demais países da América Latina. O modelo adotado em seus primórdios contava com escolas superiores isoladas e muito voltadas para áreas técnicas e profissionalizantes, atendendo a elite do país.

A primeira Universidade que surgiu no Brasil foi a Universidade do Rio de Janeiro, no ano de 1920 e que se formou a partir da reunião da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Direito. Atualmente essa é a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Durante os anos de 1930 a Educação passou a ser reconhecida como um direito público, ainda que isso não se efetivasse na prática. No ano de 1931 há a Reforma Francisco Campos, com a Lei Orgânica do Ensino Superior (Decreto 19851/1931), que definia a educação como um direito público regulado pelo Estado e também trazia medidas como bolsas de estudo para os(as) estudantes que não

tivessem condições socioeconômicas que possibilitassem sua permanência na Universidade.

Datam da década em questão as primeiras ações de assistência estudantil, essas surgiram:

Com os programas de alimentação e moradia Universitária; a manifestação com o intuito de apoiar os estudantes universitários ocorreu em 1928, com a inauguração da Casa do Estudante Brasileiro, localizada em Paris, e destinada a auxiliar estudantes que estudavam na capital francesa e tinham dificuldades em se manter na cidade (IMPERATORI, 2017, p. 286).

Como se pode perceber é uma ação voltada para a permanência na Universidade da elite brasileira que tinha como costume ir estudar na Europa, não se tratando de ações que pudessem corroborar com o ingresso das classes populares no Ensino Superior, o que não estava em pauta no momento.

Já no que concerne a primeira casa do estudante que temos notícias no Brasil, foi fundada em 13 de agosto de 1929 por um grupo de estudantes no Rio de Janeiro. A moradia “tinha como objetivo auxiliar os estudantes mais carentes e se instalou em um velho casarão no Largo Carioca; a diretoria da casa por meio da organização de recitais, quermesses, torneios desportivos, etc, bancava suas despesas” (PALAVEZZINI, 2017, p. 02).

A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi fundada em 1930 se localizada na Casa do Estudante Brasileiro. A entidade era formada por forças políticas diversas quando de sua fundação e ao longo dos anos tem se configurado como importante espaço de luta e articulação das mesmas no que tange à assistência estudantil.

Podemos dizer que foi entre os anos de 1950 e 1970 que houve um crescimento das Universidades no Brasil, quando elas se estabeleceram “ao menos uma em cada Estado, além de universidades estaduais, municipais e particulares” (VASCONCELOS, 2010, p. 603). Além disso, o crescimento no número de estudantes nas Universidades aconteceu nos anos de 1970. Nesse período houve um acréscimo importante no número de matrículas, as quais passaram de 300.000 para 1,5 milhões.

Não se pode negar que esse aumento no número de vagas não foi acompanhado de um processo de planejamento que pudesse garantir sua qualidade, além disso, não havia fiscalização por parte do poder público com relação ao tema. De toda sorte, possibilitou o alargamento do ingresso no Ensino Superior, ainda que com limites:

Tendo em vista a expansão das vagas, a juventude das classes mais baixas passou a ter maior acesso à universidade, o que gerou demandas por ações específicas para atendimento desse público. Muitos desses jovens saíam de suas cidades para as capitais buscando formação acadêmica. Começaram reivindicações e lutas, juntamente com o movimento estudantil, que levaram as instituições e educação a assumirem a responsabilidade pela manutenção de algumas necessidades básicas dos estudantes que não tinham recursos (IMPERATORI, 2017, p. 281).

Não havia no período a garantia de ações no campo da assistência estudantil e a Universidade continuava a ser um espaço elitista e com condições de permanência para poucos(as). A assistência estudantil tem uma trajetória que está muito ligada à assistência social no Brasil, isso porque “ambas despontam a partir dos movimentos sociais que lutaram pelo fim do regime militar e a promulgação de uma nova Constituição Federal” (VASCONCELOS, 2010, p. 603).

A Constituição Federal de 1988 pode ser considerada um marco no que diz respeito à inclusão dos direitos políticos e sociais. Essa define que Educação é um direito de todos e dever do Estado e ao mesmo tempo apregoa em seu Artigo 203 que “a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social” (BRASIL, 1988).

Há aqui uma alteração importante em sua definição. Como se pode perceber, a assistência social passa a ser entendida como uma política social e ao mesmo tempo sua definição “contesta o conceito de população beneficiária como marginal ou carente o que seria vitimá-la, pois suas necessidades advêm de estrutura social e não do caráter pessoal, tendo, portanto, como público-alvo os seguimentos em situação de risco social” (SPOSATI, 2004, p. 42).

Os anos que se seguiram a promulgação da Constituição não foram de conquistas, ao contrário, com o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso na década de 1990, houve um momento de retrocesso e desmonte das Universidades. Houve um sucateamento sem precedentes delas:

As análises desse período demonstram que as instituições de ensino superior e a sociedade foram marcadas de forma nociva, pois houve defasagem salarial, falta de verbas para manutenção, para o desenvolvimento da pesquisa, ocorrendo o êxodo dos professores das universidades públicas para as privadas. Também cabe destacar que houve a aposentadoria em massa dos docentes e técnicos administrativos e a não reposição de recursos humanos para ocupar as vagas que ficaram ociosas, sendo utilizado no caso dos docentes a contratação de professores substitutos, com salários inferiores (VASCONCELOS, 2010, p. 606).

Sobre isso, devemos lembrar que em 1996 houve a criação de uma reforma universitária alinhada com o neoliberalismo e que apresentava em seus pilares a intenção de privatizar as universidades públicas. São exemplos disso a autonomia universitária, o exame nacional de cursos e o Programa de Gratificação e Estímulo a Docência (GDE).

Fazer com que as universidades pudessem cada vez mais contar com recursos da iniciativa privada, desobrigando o Estado de seu financiamento era um dos focos do período. Do ponto de vista da assistência estudantil, alinhada com a concepção vigente, tratou-se de um momento em que não houve avanços com relação a sua consolidação, ao contrário, as universidades precisavam lutar para se manter e garantir minimamente suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No Governo Lula, iniciado em 2003, houve modificações na Educação, seu projeto pautava-se na “implementação e incentivo da educação a distância, na educação profissionalizante com a implantação do programa de Ensino Profissionalizante – PEP, além de outras especificidades” (VASCONCELOS, 2010, p. 607).

Há que se destacar como ações desse período, a Reestruturação e Expansão das Universidades – REUNI, criado em 2007 e que buscava além da expansão, a interiorização das Universidades no Brasil, aumentando o número de Instituições, campi e vagas para ingresso. Além disso, há a Lei 12711 de 2012, conhecida como Lei de Cotas, que define que metade das vagas disponibilizadas para acesso ao ensino superior nas Instituições Federais de Ensino Superior, deverão ser preenchidas por pessoas que tenham realizado o Ensino Médio integralmente em Instituições Públicas. No tocante a essa reserva de vagas determina, em seu artigo 5º que:

Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE (BRASIL, 2012)

Vemos que há um alargamento das políticas afirmativas voltadas ao acesso dos(as) estudantes no Ensino Superior, isso traz como demanda fundamental, a consolidação de ações que possam estar coadunadas com a garantia de condições de permanência na Universidade.

A democratização do ensino superior não será possível apenas com a garantia de mais vagas ou com a política de cotas. É necessário, ratificamos, que é vital que se tenha ações voltadas à permanência na Universidade, o que implica a assistência estudantil, a qual como mecanismo de direito social precisa atuar para a superação dos desafios e dificuldades que as camadas populares encontram para concluir seus estudos. Essas são de diferentes naturezas e envolvem não apenas questões econômicas, mas sociais, políticas, culturais e ambientais.

Sendo o Brasil um país marcado por grande desigualdade social não poderíamos ter um quadro diferente na educação e nas Universidades: os estudantes que conseguem ingressar na Universidade já o fazem em “situação desfavorável frente aos demais, sem ter as mínimas condições socioeconômicas de iniciar, ou de permanecer nos cursos escolhidos” (ARAÚJO, 2003, p. 99).

Como sabemos, o papel da assistência estudantil é contribuir para a reversão desse quadro. Atualmente temos como fonte de financiamento da mesma o Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Na sequência vamos falar mais sobre ele, como se deu sua construção e os desafios que ainda enseja, tendo em vista que não se consolidou ainda como uma política de governo, mas segue sendo regulamentado, enquanto Plano, por um Decreto, no caso o 7234, de 19 de julho de 2010.

1.1.1 O Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES

Desde 2010, temos o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010, que busca garantir a permanência dos(as) estudantes em condições de desigualdade socioeconômica no ensino superior, contribuindo para a redução das taxas de evasão e retenção e a promoção da inclusão social, através do desenvolvimento de ações nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (PNAES, 2010).

Antes do supracitado decreto, houve a Portaria Normativa 39, de 12 de dezembro de 2007 que foi implementada a partir de 2008 e que deu origem ao PNAES, sua proposta foi “articular diferentes áreas e, conseqüentemente, diferentes

políticas sociais, visando garantir um padrão de proteção social amplo” (IMPERATORI, 2017, p. 295).

No artigo 4º da Portaria é definido o público que seria alvo das ações desenvolvidas:

As ações do PNAES atenderão a estudantes matriculados em cursos presenciais de graduação, prioritariamente, selecionados por critérios socioeconômicos, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições de educação superior em ato próprio (MEC, 2007)

Nessa primeira versão do PNAES podemos perceber que há um caráter mais amplo no que se refere à caracterização dos(das) estudantes que podem se inserir nele, tendo em vista que define o atendimento prioritário aos(às) estudantes em situação de desigualdade socioeconômica, mas não limita aos mesmos.

Em 2010, a Portaria do PNAES foi alterada, esse passou a ser regido pelo Decreto 7234 de 19 de julho 2010. Com sua aprovação, temos alterações na definição e objetivos dele. Sua finalidade passa a ser descrita como “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” e há um recorte mais definido no que tange ao público-alvo:

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2010).

O critério se torna mais restritivo do que a versão anterior do PNAES, fazendo com que essa não seja uma política universal, mas que busca atender aos(às) estudantes que estão dentro do recorte definido.

Cabe destacar que apenas a existência de um Decreto como esse não é suficiente para garantir que a integralidade do público-alvo da ação seja atendida e ao mesmo não garante o aporte de recursos necessários para a execução de todas as ações que são necessárias aos(às) estudantes em situação de desigualdade socioeconômica, no que tange sua permanência na Universidade.

Os objetivos que se propõem o PNAES envolvem a contribuição para a superação de graves marcas da questão social, conforme podemos ver em seu artigo 2º:

Art. 2º São objetivos do PNAES:

- I. Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

- II. Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III. Reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV. Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).
- V.

No que diz respeito à execução do PNAES, isso é feito de forma descentralizada. Assim cada Universidade tem autonomia para gerenciar os recursos que não são suficientes para atender de forma integral os objetivos que estão envolvidos na assistência estudantil.

Há que se considerar ainda que o PNAES não é uma política consolidada, sendo ainda espaço de disputa. Ainda que seja reconhecida como uma estratégia que contribui para a superação das desigualdades socioeconômicas, há muitos desafios a serem superados, isso tanto no que se refere aos limites orçamentários como questões de fundo do Programa, como a interrogação sobre até que ponto apenas a renda é definidora da condição de desigualdade, haja vista que encontramos essa definição em seu público-alvo. É importante lembrar também que:

Ao mesmo tempo em que o PNAES estabelece uma série de ações a serem realizadas, o mesmo não oferece recursos financeiros suficientes para atender todas essas ações, deixando assim, a critério das instituições de ensino decidir quais modalidades irão desenvolver e qual metodologia irão utilizar para selecionar os/as alunos/as a serem beneficiados. (MOTA, 2015, p. 06)

Não há como negar que o PNAES contribuiu para que as ações de assistência estudantil se fortalecessem no Brasil e isso é fundamental, para que as Universidades possam cada vez mais desenvolver propostas voltadas à permanência das classes populares em seus cursos.

No próximo capítulo, daremos continuidade a essa discussão, tendo como foco problematizar as alterações que o PNAES trouxe para a assistência estudantil das IFES e para o trabalho dos(as) assistentes sociais nesse cenário.

CAPÍTULO II - A ATUAÇÃO DOS(AS) PROFISSIONAIS ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

No presente capítulo, vamos abordar o papel do Serviço Social no desenvolvimento das ações relacionadas ao acesso e permanência na Universidade, sobretudo a partir do PNAES, centrado a atenção na produção acadêmica acerca do tema e buscando explicitar os desafios e as possibilidades que se apresentam do ponto de vista da práxis.

Para tal, vamos abordar como aspectos relacionados às instituições de ensino enquanto espaços sócio-ocupacionais de atuação dos(as) assistentes sociais. Isso implica pensar a emergência do Serviço Social enquanto profissão e como se deu, do ponto de vista histórico, sua inserção na educação.

2.1 A EDUCAÇÃO ENQUANTO ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Antes de abordarmos de forma mais direta os limites e possibilidades da atuação dos(das) assistentes sociais no Ensino Superior nas IFES, é importante retomar aspectos históricos da constituição da área do Serviço Social e sua interligação com a Educação.

Quando pensamos o surgimento da profissão, é fundamental destacar que a relação entre a mesma e a questão social não de deu de forma natural ou imediata. Isso porque a gênese do Serviço Social está relacionada ao papel que o Estado desempenha frente às transformações que sofre o Capitalismo.

Precisamos lembrar que no início do século XX, temos a concentração do capital em grandes empresas, com a incorporação gradual ou mesmo falência das pequenas e a introdução de novas tecnologias, com a socialização da produção, mas concentração de capital e apropriação privada dos bens e lucros. Trata-se do Capitalismo Monopolista, que tem como uma de suas marcas a intervenção do Estado: “a ordem monopólica alterou profundamente o papel do Estado, no processo de acumulação capitalista, tendo em vista que este passa a assumir diversas funções para assegurar as condições necessárias para manutenção da ordem burguesa” (CONSTANTINO, 2015, p.110).

Dentre essas funções, destaca-se as alterações em sua atuação no enfrentamento das dificuldades vivenciadas pela classe trabalhadora. Se anteriormente, no Capitalismo Concorrencial, se usava a força quando havia revoltas e se buscava preservar a riqueza e propriedade da burguesia, agora:

No capitalismo monopolista, a preservação e controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem: não está condicionada apenas aqueles dois vetores, mas às enormes dificuldades que a reprodução capitalista encontra na malha de óbices à valorização do capital no marco do monopólio (NETTO, 2007, p. 26).

As estratégias utilizadas pelo Estado, que ultrapassam os limites da coerção, estão relacionadas ao surgimento do Serviço Social, que cumpre papel importante na reprodução do capital e se insere em um contexto de disputa entre as classes sociais antagônicas, posto que “se gesta entre os anos de 1930 e 1940, no contexto de aprofundamento do capitalismo monopolista brasileiro e do reconhecimento da questão social” (FREITAS, BARROS, MESQUITA e SILVA, 2018, p. 229).

Há que se destacar que o país vivia um momento de ebulição social, econômica e política, marcado pelo desenvolvimento urbano, pelo trabalho livre, imigração e organização da classe trabalhadora, deixando evidente a exploração da mesma e sua situação de pobreza. A questão social adquire centralidade, essa:

Não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É uma manifestação, no cotidiano da vida social burguesa, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO e CARVALHO, 1996, p. 77).

É a partir de tal contexto que o Estado, os empresários e órgãos como as igrejas, passam a intervir; buscando, o primeiro, assumir um papel de regulador das disputas entre o capital e o trabalho e atender algumas das demandas da classe trabalhadora, sem prejudicar os lucros da burguesia.

O papel do Serviço Social, assim, estava atrelado aos interesses e concepções ideológicas da classe dominante, contribuindo para aquilo que podemos definir como ajustamento dos(das) trabalhadores(as), ou seja, “as intervenções estavam pautadas nas concepções ideopolíticas da classe dominante, em seus valores morais e sociais, no ajustamento individual às normas e no combate à ociosidade e a vadiagem com elementos constitutivos dessa formação (FREITAS, BARROS, MESQUITA e SILVA, 2018, p. 232).

Durante muito tempo o Serviço Social esteve ligado às concepções de caridade, cuidado e ajuda aos(às) necessitados(as), o que fez com que as práticas assistencialistas dominassem o cenário da profissão. Isso começou a se alterar na década de 1980, quando:

O Serviço Social brasileiro se propôs a fazer uma renovação teórico-metodológica que renovou também a própria concepção de questão social. Se nos períodos anteriores a profissão tratava a “questão social” em conformidade com a vertente conservadora de viés positivista, no processo de renovação da profissão e de interlocução com a perspectiva marxista, a temática passou a ser concebida à luz a vertente crítica (MEIRELLES, 2018,p.81)

Temos aqui o Movimento de Reconceituação, que possibilitou a emergência de novas preocupações e temáticas, o que não aconteceu de forma homogênea e sem disputa. Há que se considerar que a partir dos anos de 1970, ainda em um contexto marcado pela ditadura militar no Brasil essas discussões que buscavam novas matrizes teórico-metodológicas começaram a ganhar corpo e, desse modo, ganhou espaço o materialismo histórico-dialético, com resistência por parte de vários(as) colegas da área, ainda (ALVES, 2017).

Gradativamente os(as) profissionais foram se apropriando das referências marxistas, podendo ser considerado um marco nesse processo o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, que aconteceu em 1979 e ficou conhecido como Congresso da Virada¹. De toda sorte, “o real rompimento com a vertente conservadora só ocorreria nos anos 1990, com a propositura do projeto hegemônico da profissão” (ALVES, 2017, p. 71).

Dentre os avanços que podemos citar estão a legitimação profissional, por meio da Lei 8662 de 7 de junho de 1993 e o Código de Ética aprovado no mesmo ano. A partir de então, podemos dizer que houve uma ampliação na atuação dos(as) assistentes sociais em diversos espaços sócio-ocupacionais, bem como alterações na forma de interlocução com aqueles que já eram anteriormente permeados pelo Serviço Social:

¹ Segundo Alves (2017, p.71): “Esse evento se configurou coo um grande levante da categoria profissional em defesa da classe trabalhadora, aglutinando com o movimento dos trabalhadores, forças que pudessem se contrapor à ordem autoritária e ditatorial vigente. O Congresso da Virada representa um marco no rompimento com o conservadorismo e, instituindo o pluralismo político, propiciou uma nova configuração em várias dimensões e instituições de organização vinculadas ao Serviço Social”.

O Serviço Social brasileiro, nas últimas três décadas, vem demonstrando a possibilidade da categoria se colocar a favor da classe trabalhadora e desenvolver uma intervenção profissional que ultrapassa as requisições imediatas dos empregadores. O Projeto Ético-Político, que se expressa no Código de Ética (1993), na Lei de Regulamentação da Profissão e nas Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social, aponta para esse compromisso da categoria com a construção de uma nova sociedade (CONSTANTINO, 2015, p.115).

Quando focamos nossa atenção de forma específica na atuação dos(as) assistentes sociais na Educação, cabe destacar que eles(as) estão presentes desde o início de sua institucionalização. Porém, com as alterações supracitadas na configuração profissional, houve mudanças na forma como o trabalho se desenvolvia, em seus sentidos e significados.

Já nos anos de 1930 e 1940 a Educação e suas Instituições eram um espaço sócio-ocupacional que contava com a presença de assistentes sociais. De toda sorte, as ações realizadas estavam muito voltadas para o que podemos chamar de ajuste dos(as) estudantes e suas famílias ao espaço escolar.

A atuação se dava a partir da intervenção em expressões da questão social como abandono das aulas, drogas, violência. Segundo Witiuk (2004, p. 24): “sendo a escola um dos aparelhos privados significativos para a manutenção da hegemonia, o Serviço Social será requisitado para o exercício de atribuições que harmonizavam as relações no processo de vigilância da moral e da sociabilidade”. Eram reforçadas as identidades subalternas e a integração comunitária dentro dos preceitos que servissem para a manutenção da ordem e condutas esperadas.

Cabe destacar que nas últimas décadas, a atuação do Serviço Social na Educação vem sendo orientada pela problematização das ações e a necessidade de construir coletivamente os encaminhamentos. Um exemplo disso é o previsto no documento “Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação”, que aborda a necessidade de que sejam forjadas estratégias de forma conjunta e que atendam aos interesses dos(as) usuários(as), quando se pensa esse espaço sócio-ocupacional.

Na Educação Básica, podemos dizer que há uma relação direta entre a entrada do(a) assistente social e a legislação do campo educacional, bem como a relacionada à criança e ao(à) adolescente, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB -1996) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - 1990).

Ambas reconhecem o direito ao acesso e a permanência nas instituições de ensino, abrindo espaço para a atuação do Serviço Social (CONSTANTINO, 2015).

Não apenas na Educação Básica, há a presença dos(as) profissionais assistentes sociais, também na Ensino Superior isso acontece. Nos últimos anos, a partir do REUNI e do PNAES há um alargamento nisso. Esse será o tema que abordaremos a seguir, buscando compreender como se dá atuação nesse espaço sócio-ocupacional e quais os principais limites e possibilidades que são vislumbrados, partindo da pesquisa bibliográfica para tal.

2.2 A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR: A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E SEUS DESAFIOS E POTÊNCIAS

No que tange à atuação dos(as) profissionais assistentes sociais na Educação Superior, é importante destacar que nos últimos anos, a partir das já citadas ações que contribuíram para a expansão, interiorização e mudança no público que ingressa na Universidade, com a Política de Cotas², houve um acréscimo na presença do Serviço Social, sobretudo na assistência estudantil.

Isso, ao mesmo tempo em que amplia os espaços sócio-ocupacionais de atuação do(a) profissional, traz uma série de desafios e contradições que precisam ser destacadas. Sobre tal questão, lembramos o estudo de Nascimento (2013), que questiona a atuação do Serviço Social nas Universidades e sua interrelação com os princípios ético-políticos da profissão.

Ao destacar que as instituições de ensino são expressões da sociedade em que se inserem, a autora adverte que as contradições que estão presentes no capitalismo se materializam nas escolas e Universidades, por conseguinte, podemos dizer que “os estudantes pertencentes à classe trabalhadora (...) apresentam maiores dificuldades no que se refere ao acesso e também à permanência na escola, os quais requerem ao mesmo tempo a democratização de ambas as variáveis” (NASCIMENTO, 2013, p. 381).

² Criada no Brasil, através da Lei 12711 de 2012, a Lei de Cotas garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno aos alunos que estudaram no ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos e que se enquadram nos critérios de renda. O restante de 50% das vagas permanece para ampla concorrência. Dentre o percentual de vagas destinada aos cotistas, serão divididos em proporção ao número de pessoas contempladas pelas cotas raciais (Pretos, Pardos e Indígenas) e pessoas com deficiência do Estado em que se localiza a instituição de Ensino.

O PNAES, que se apresenta como uma ação afirmativa e voltada para a permanência, busca contribuir para a garantia dessas condições, contudo, tem sua atuação ainda limitada, configurando-se como política educacional e que não consegue enfrentar a complexa desigualdade que perpassa a sociedade e, por conseguinte suas instituições.

É preciso o aprimoramento, não apenas das ações de acesso, mas sobretudo de permanência, afinal, ainda que a educação seja um direito, em muitos contextos essas desigualdades fazem com que muitos não consigam acessá-la em sua integralidade:

Avalia-se que o direito à educação não se pode efetiva apenas na ampliação das possibilidades de acesso, torna-se imprescindível a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso daqueles que ingressam nas instituições educacionais, considerando seus diferentes níveis de ensino (NASCIMENTO, 2013, p. 382).

Quando pensamos as ações desenvolvidas nas Universidades, podemos dizer que a assistência estudantil, tem sido o caminho utilizado no enfrentamento de tais questões, ainda que existam muitas lacunas e avanços necessários, assim como há aspectos que remetem para as contradições presentes nas políticas que são desenvolvidas atualmente.

Com a implementação do PNAES, tivemos um aumento significativo no número de profissionais que passaram a atuar nas Pró-reitorias e órgãos similares que atuam nas Universidades e Institutos Federais de Educação, na assistência estudantil, o Serviço Social ganhou espaço, com a abertura de novos concursos. As avaliações socioeconômicas para ingresso e permanência no Ensino Superior passaram a fazer parte das atividades sócio-ocupacionais desses(as) profissionais, assim como a concessão de auxílios e benefícios voltados à permanência, bem como o planejamento e execução das ações de assistência estudantil e acompanhamento social.

Isso faz com que se torne cada vez mais necessário a reflexão acerca dos direcionamentos profissionais e atuação do Serviço Social na elaboração, desenvolvimento e processo de avaliação da Assistência Estudantil. Precisam estar presentes no cotidiano do trabalho a defesa da democratização, do acesso e permanência e da superação das condições de desigualdade que forma a sociedade.

Os programas sociais que foram criados nas últimas décadas no Brasil são resultado por um lado “da histórica pauta de luta dos movimentos sociais em defesa da universalização da educação pública, por outro lado, se subordina à agenda e (...) às exigências do capital, quanto à formação e qualificação da força de trabalho” (CFESS, 2014, p. 37). Isso torna essencial a discussão e estudo dos(as) profissionais que atuam na área para que possam fazer a crítica às ações desenvolvidas e, desse modo, contribuir para a superação das contradições que se fazem presentes.

Não se pode partir de um olhar ingênuo sobre a assistência estudantil, posto que, essas ações integrem a

Dinâmica contraditória das lutas societárias em torno de processos de democratização e qualidade da educação, cujo resultado mais efetivo tem se traduzido na expansão das condições de acesso e permanência, a partir do incremento de programas assistenciais, o que caracterizou a intervenção do Estado no campo das políticas sociais na primeira década deste século (CFESS, 2014, p. 37).

Assim, é fundamental que possamos ter cada vez mais estudos que façam a discussão acerca dos impactos da questão social que estão presentes na atuação dos(as) assistentes sociais nas Universidades, assim como deslindem os aspectos que possam ser aprimorados, compartilhem experiências e contribuam para o alinhamento da atuação ao projeto ético-político da profissão.

Os espaços de discussão, a produção de conhecimento científico e sua difusão são elementos fundamentais, ratificando o apontado por Mota (2015, p. 12) acerca de uma:

Atuação ‘para além do capital’, um compromisso social e profissional frente a essa atuação, que promovam espaços de discussões entre a categoria, os/as estudantes e toda a sociedade, com o intuito de refletir acerca do papel da educação, do compromisso que esta deve ter com o modelo de formação de cada sujeito e das suas contribuições para a construção de um modelo de sociedade mais justa e equânime a todos/as.

As ações desenvolvidas pelo(a) assistente social, na assistência estudantil não podem ser isoladas ou sem a devida problematização do fazer, por isso é tão necessário que possamos conhecer aquilo que vem sendo discutido pelos(as) profissionais que atuam na área da educação e que desenvolvem suas reflexões, compartilhando-as enquanto conhecimento, no caso específico aqui em publicações científicas no Brasil.

No próximo capítulo iremos apresentar o resultado da pesquisa acerca de trabalhos científicos (artigos) publicados por profissionais assistentes sociais acerca da Assistência Estudantil no Ensino Superior a partir da institucionalização do PNAES.

CAPÍTULO III - O QUE DIZEM OS/AS ASSISTENTES SOCIAIS? RESULTADOS DA PESQUISA

Ainda na introdução da Monografia, explicitamos que o estudo seria realizado a partir da seleção da produção científica de assistentes sociais nos últimos dez anos disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES. Iremos agora discorrer sobre cada um dos sete artigos analisados, procurando com isso nos aproximar das reflexões e discussões presentes nos mesmos, bem como apontar aspectos que emergem da pesquisa.

Os textos serão apresentados de forma cronológica, ou seja, tomando por base a data de sua publicação, do mais antigo até o mais atual, nos últimos dez anos. Destaca-se que não foram encontradas publicações entre os anos de 2010 e 2014, e que a maior concentração de publicações se deu nos anos de 2017 (com três publicações) e 2018 (com duas publicações). Completam o corpus de análise do presente trabalho, um artigo publicado em 2015 e outro em 2016, que fazem parte do banco de periódicos da CAPES.

Sabemos que há diversos outros trabalhos publicados em eventos científicos, revistas, bem como produzidos para conclusão de cursos de pós-graduação que foram realizados por profissionais assistentes sociais. Nossa opção por tal recorte é uma das possíveis frente os encaminhamentos metodológicos que podíamos ter tomado para nos aproximarmos daquilo que tem produzido – os(as) assistentes sociais – acerca de seu fazer.

3.1 ARTIGOS ANALISADOS: TEMAS E QUESTÕES APRESENTADAS

O artigo “A Expansão do Ensino Superior no Brasil pelo Programa REUNI: democratização da formação universitária ou apenas uma ambivalência legal?”, publicado na Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade

do Sul de Santa Catarina – Poiésis – no ano de 2015, é a primeira publicação que será apresentada aqui.

O texto foi escrito por uma docente da área da educação, Graziela Pachane, e por uma assistente social, Bruna Vitorino, que na ocasião fazia Mestrado na área na Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e teve como foco analisar as repercussões que as políticas de expansão da Universidade, com destaque para o REUNI, tiveram no fazer docente. O estudo partiu tanto da pesquisa bibliográfica, quando de entrevistas que foram realizadas com docentes concursados(as) em vagas abertas com a Reestruturação do Ensino Superior e buscou apontar as ambivalências que se fizeram presentes nesse contexto:

Por um lado, o programa oportunizou a abertura de novos cursos e maior número de vagas nas universidades federais, promovendo assim, uma expansão no Ensino Superior público brasileiro. Por outro lado, as verbas e condições de oferta desses cursos não ocorreram como esperado pelos professores e alunos, principalmente pelos órgãos representativos que lutavam por maiores incentivos ao ensino público gratuito, comprometendo, inclusive, a qualidade da formação oferecida (PACHANE e VITORINO, 2015, p. 439).

As autoras para evidenciar isso, fazem uma retrospectiva, desde os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010), mostrando que embora fossem antagônicos em vários aspectos, muitas políticas e concepções que estavam presentes no primeiro, continuaram vigorando no segundo.

No governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) houve investimentos no setor privado no âmbito da educação, o Estado tinha características de facilitador e não garantidor de direitos, dentro de uma política alinhada com a mercantilização destes. Foram criadas ações que contribuíram para a concorrência, o aumento da produtividade e quantificação (PACHANE e VITORINO, 2015).

Quando Lula chega ao poder, ainda que opositor de FHC mantém muitas de suas concepções alinhadas ao mercado, um exemplo citado pelas autoras é o PROUNI (Programa Universidade para Todos), que foi criado pela Lei 11096/05: esse “favoreceu a democratização do acesso à Educação Superior a uma camada da população a quem antes era negado. No entanto, ele não deixa de ser uma forma de financiamento público do setor privado” (PACHANE e VITORINO, 2015, p. 445). Isso deixa evidente seu alinhamento com o neoliberalismo e a ausência do Estado na garantia de políticas públicas.

No que diz respeito às Universidades Públicas foi criado o REUNI, as autoras trazem o histórico do mesmo e suas origens, bem como aspectos que apontam para suas contradições, como o fato de prever uma taxa de 90% de conclusão dos cursos de graduação presenciais, enquanto estabelece a relação de dezoito alunos(as) de graduação por professor(a), no caso dos cursos presenciais, gerando sobrecarga de trabalho e desconsiderando a especificidade do fazer docente e o tripé ensino, pesquisa e extensão, que forma a Universidade e lhe dá sentido.

Os elementos apontados pelas autoras são corroborados pelas falas dos(as) professores(as) entrevistados(as), que reforçam os limites em suas condições de trabalho, a jornada de três turnos em muitos casos, a ausência de materiais fundamentais para o desenvolvimento das atividades, a sobrecarga de trabalho e o sentimento de exaustão que compartilham.

Nas considerações finais do artigo, merece destaque o apontamento de que o REUNI de fato abriu as portas da Universidade para estudantes que estiveram apartados da mesma durante muito tempo, mas não garante as condições de permanência e corroborou para a precarização do trabalho docente. As autoras concluem que:

O REUNI não está de todo imune aos interesses econômicos, sobretudo de obter profissionais com títulos especializados para o mercado de trabalho e de incrementar dados estatísticos a respeito do nível de escolaridade dos brasileiros. Por meio das pesquisas realizadas, foram possíveis algumas considerações sobre o programa, mas novos estudos ainda são necessários, considerando inclusive, que o REUNI é ainda bastante recente e a discussão a respeito do tema não se encerra, de modo algum, aqui (PACHANE e VITORINO, 2015, p. 454)

O segundo artigo destacado aqui é de duas assistentes sociais que atuam na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na Pró-reitoria de Assuntos Estudantis. O mesmo foi publicado na Revista Textos & Contextos, no ano de 2016 por Claudia Priscila Santos e Nelize Marafon e se chama “A política de Assistência Estudantil na Universidade Pública Brasileira: desafios para o Serviço Social”.

A partir da experiência da UFSC, as autoras, discutem os desafios profissionais do Serviço Social na Assistência Estudantil. Para tanto, fazem referência ao movimento de expansão e democratização da educação que foi inaugurado com o REUNI e ao PNAES e apontam que os desafios que se colocam, os quais se relacionam:

- a) à garantia de acesso aos estudantes com baixa condição socioeconômica nos programas de assistência, atendendo necessidades mínimas de permanência, evitando a evasão escolar e a violação do direito do acesso à educação superior; b) à inclusão destes estudantes que não raras vezes é realizada através de processos de exclusão, o que faz aumentar a complexidade do cotidiano de trabalho desenvolvido com qualidade (SANTOS e MARAFON, 2016, p. 409).

As autoras, não apenas trazem dados referentes ao contexto da UFSC, como também fazem um mapeamento acerca das atividades realizadas pelos(as) assistentes sociais e as contradições que se fazem presentes. Para isso, deslindam as alterações que a assistência estudantil passou a partir do REUNI e apresentam dados que apontam que houve um aumento, tanto na demanda, quanto na oferta e auxílios estudantis.

Os recursos destinados à assistência estudantil não acompanharam em termos de crescimento, os índices necessários. Isso se tomarmos em conta o orçamento do PNAES e das Universidades como um todo e os recursos humanos, necessários ao desenvolvimento e qualificação dos programas de apoio e acompanhamento dos(as) estudantes.

Tal cenário impacta no perfil dos(as) estudantes que são atendidos(as): “o número de estudantes que precisam, mas que ficam se auxílios assistenciais, aumentou desde a implementação das cotas sociais, em 2012, e está alterando o perfil dos estudantes atendidos nos programas da UFSC” (SANTOS e MARAFON, 2016, p. 415). Muitos(as) dos(as) estudantes em situação de desigualdade socioeconômica não são atendidos(as) em função da insuficiência de recursos para tal.

Um outro aspecto que é abordado no trabalho é o perfil dos(as) estudantes que ingressam na Universidade a partir das cotas, segundo as autoras:

Tanto os dados auferidos pela pesquisa nacional promovida pelo FONAPRACE como a realizada pelas assistentes sociais da UFSC apontam para potenciais dificuldades de garantia de atendimento das necessidades básicas de um grupo bastante específico de estudantes. Dificuldades estas que exerceriam influência sobre as condições de permanência na Universidade. Assim, são demarcadas desigualdades econômicas entre as classes em situações triviais, mas bastante importantes para as condições de aprendizado, referentes às despesas típicas de situação de acadêmico como: aquisição de livros, participação em eventos culturais e acadêmicos, equipamentos de aprendizagem prática, entre outros. (SANTOS e MARAFON, 2016, p.416-7)

A seletividade das políticas de assistência estudantil, ainda que contrária aos princípios éticos e políticos da profissão está presente no cotidiano dos(as)

assistentes sociais que trabalham nas Universidades. Como consequência faz com que os(as) profissionais sejam vistos com responsáveis pela permanência dos estudantes, o que é uma concepção equivocada, afinal “a permanência se constitui numa política a ser buscada constantemente em todos os âmbitos do contexto universitário (...). São ações que exigem mudança de concepção e postura de todos os sujeitos da comunidade universitária” (SANTOS e MARAFON, 2016, p.418).

É destacado pelas autoras, como desafio também, a insuficiência de condições de trabalho, assim como o reduzido número de profissionais, isso faz com que muitas vezes não seja possível atender todos(as) os(as) estudantes que procuram o setor, criando tensões entre ambos. Além disso, o desrespeito à jornada de trabalho é outro fator destacado, tendo em vista que a atuação não respeita as 30 horas previstas, mas segue o padrão de 40 horas semanais.

No que tange ao processo de avaliação socioeconômica, as autoras questionam os limites do critério renda que vem sendo utilizado. Sobre isso, as autoras concluem seu estudo afirmando que “o conhecimento do Serviço Social deve ser um dos elementos que contribuem para a definição do ‘perfil socioeconômico’ – para a superação da análise *per capita* – mas não um engessamento da prática profissional” (SANTOS e MARAFON, 2016, p. 419), que acaba levando a burocracia e tecnicização e não cumprindo seu papel para a permanência dos(as) estudantes na Universidade.

O terceiro artigo que foi analisado é de autoria de Simone Eliza do Carmo Lessa: “Assistência Estudantil Brasileira e a experiência da UERJ: entre a inovação e o atraso na atenção ao estudante”. Esse foi publicado no ano de 2017, na Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ – Em Pauta. A assistente social busca resgatar elementos de sua história atuando na área, utilizando para isso, tanto sua memória, quanto documentos institucionais que possibilitam isso.

O compromisso que a autora assume na escrita de seu trabalho é com a “defesa da assistência estudantil como política universitária associada à já existente política de cotas”. E ao mesmo tempo corrobora para a busca “de uma universidade com perfil popular, sendo um espaço onde a classe trabalhadora e seus filhos se sintam recebidos e ouvidos como protagonistas da construção de saberes e na materialização de uma educação pública, de qualidade, crítica, humanista e laica” (LESSA, 2017, p. 156).

Na primeira sessão do artigo é destacado o percurso histórico do Serviço Social na educação, mostrando que a presença do primeiro está relacionada ao desenvolvimento de políticas sociais no país, no que tange à infância, ao(à) adolescente e às famílias da classe trabalhadora. Na atualidade, o(a) assistente social tem tido uma atuação ligada ao acesso e permanência, mas também na gestão democrática:

Atua na aproximação das redes de serviços e equipes multiprofissionais, no desenvolvimento de temas transversais à formação, na atenção aos deficientes e suas famílias. Nesse sentido, atuar sobre as expressões da questão social e fazer ver como estas impactam na aprendizagem e na permanência, são realidades do trabalho do Serviço Social (LESSA, 2017, p. 158).

Ao abordar a experiência da UERJ, a autora afirma que a ampliação do acesso das classes populares à educação inicia nos anos de 1980, como resultado do processo de redemocratização, assim como da pressão dos órgãos internacionais para elevação dos índices de escolaridade. A UERJ, desde o final dos anos de 1970, criou cursos noturnos e passou a absorver em seus bancos a classe trabalhadora. No ano de 2003, de forma protagonista, a Universidade criou cotas que levavam em consideração a renda, a minorias étnicas e o fato dos(as) estudantes serem oriundos(as) de escolas públicas.

Segundo a autora, apenas garantir o acesso não traria as condições para a permanência desses(as) estudantes, assim, começaram a surgir ações como “oficinas de apoio acadêmico, abertas a todos os estudantes (...), bolsas para os cotistas e, mais recentemente, a criação do restaurante universitário, acesso ao material didático, assim como a possibilidade de acumular a bolsa de cotas às acadêmicas” (LESSA, 2017, p. 166).

Os estudos trazidos pela autora mostram que os(as) estudantes que ingressam nas vagas de cotas apresentam sucesso acadêmico, mas precisam de uma política de assistência estudantil que contribua para a superação de suas desigualdades.

Um limite importante apontado é o financiamento de tais ações. Lessa (2017) faz referência ao PNAES e seu alcance que é maior do que o que a UERJ consegue atingir. Sobre isso a autora traz a seguinte contribuição, ao falar da atuação do Serviço Social:

Em nossa experiência profissional pudemos vivenciar a competência dessa equipe na organização de um processo seletivo de qualidade,

evidentemente, pautado na ética, que busca o diálogo com os candidatos, apesar das limitadas condições de trabalho e a reduzida equipe. A estrutura disponibilizada para essas assistentes sociais (tamanho e recursos) não permite pensar no acompanhamento dos estudantes nos moldes de uma política de assistência estudantil que tenha como referência o PNAES, que pressupõem uma rede mais ampla de ação e o conseqüente aumento da equipe técnica (LESSA, 2017, p. 168).

Ainda que se estabeleça no âmbito federal e que não abarque uma instituição estadual, como o exemplo trazido no artigo, a autora defende que o PNAES deve servir de referência, pois possibilita um escopo maior de atuação e possibilidades de materialização.

Lessa (2017) defende em seu artigo que devemos cada vez mais conhecer e produzir indicadores acerca dos(as) que integram a assistência estudantil e qualificar a partir disso a ação. Ela afirma que a Universidade está sendo desafiada a se reinventar com a chegada das classes populares: “dialeticamente, a universidade, instituição pensada para atender às elites, será pressionada para que efetive mudanças”, as quais exigem, conclui a pesquisadora que “a assistência estudantil deve ser uma política mobilizada para e pela juventude pobre, que reconhece as dificuldades na consolidação do direito à educação, em um país extremamente desigual” (LESSA, 2017, p. 170).

No ano de 2017, uma segunda publicação que será abordada é o artigo “A Trajetória da Assistência Estudantil na Educação Superior Brasileira”, da assistente social da Universidade Federal de Brasília (UnB), Thaís K. Imperatori, que foi publicado na Revista Serviço Social e Sociedade. A autora busca analisar a trajetória da assistência estudantil no Brasil, desde as primeiras ações até a implementação do PNAES.

Para isso, Imperatori (2017) aborda o percurso da educação no desenho constitucional brasileiro, mostrando que “as ações de assistência ao estudante remetem aos anos 1930, com os programas de alimentação e moradia universitária (IMPERATORI, 2017, p; 285-6). São citadas no texto, a inauguração, em Paris em 1928, da Casa do Estudante Brasileiro e as ações desenvolvidas por Getúlio Vargas, quando chega a presidência do Brasil nos anos de 1930, com a reforma Educacional Francisco Campos, que propõem medidas voltadas aos estudantes identificados como pobres.

A Constituição de 1934 que assegura assistência aos(às) estudantes, bem como as atualizações do documento que aconteceram nos anos de 1946 e 1961 são

abordadas no trabalho. A Constituição de 1967 traz “no artigo 176, a garantia do ensino médio gratuito e no ensino superior para aqueles que ‘demonstrarem efetivo aproveitamento, provarem falta ou insuficiência de recursos’” (IMPERATORI, 2017, p. 287).

Já em 1988, temos a chamada Constituição Cidadã, que vigora até hoje, a qual foi resultado da luta dos movimentos sociais e organização da sociedade e consolidou direitos que desde o processo de redemocratização estavam em disputa. A educação, assim como outras políticas sociais, passou a ser um direito social e foi regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/1996). É a partir desse cenário que começa a se configurar a assistência estudantil que está presente nas Universidades na atualidade.

Segundo Imperatori (2017), as políticas de assistência estudantil ainda possuem caráter focalizado, não há mecanismos de controle social e são resultado da luta, sobretudo do movimento estudantil e de espaços como o Fórum Nacional de Pró-reitores – FONAPRACE.

Na terceira parte do artigo, a autora aborda de forma específica o PNAES e inicia refletindo sobre a escassez de trabalhos que discutam a assistência estudantil, haja vista que a maior parte dos mesmos apresentam os resultados de pesquisas e estudos de caso de Universidades específicas, o que permite um olhar recortado sobre o tema.

Ao apresentar o PNAES, Imperatori (2017, p. 294) assevera que “trata-se de um marco histórico para a política de assistência por definir suas áreas de ação e ser o referencial para programas e projetos realizados nas diversas Ifes do Brasil”. Na sequência, destaca que o PNAES define as áreas de atuação, mas não as ações que serão desenvolvidas. Isso faz com que cada Universidade possa definir a forma como irá aplicar seus recursos. No caso da Moradia Estudantil, por exemplo, com Casas do Estudante ou auxílios em dinheiro para que os(as) estudantes possam proceder o aluguel de residências. Mesmo nas Universidades onde há Casas do Estudante, essas apresentam organizações e recursos diferentes, de acordo com a configuração. O mesmo se aplica à alimentação, quando algumas Instituições possuem Restaurantes Universitários e outras apostam em programas de subsídio financeiro para alimentação.

A autora destaca que a assistência estudantil está relacionada com os direitos humanos, isso porque ela “compreende ações que envolvem ideias condições de

saúde, acesso aos instrumentos pedagógicos para formação profissional, acompanhamento das necessidades educativas especiais, além de necessidades básicas dos estudantes (IMPERATORI, 2017, p. 295).

Além disso, o PNAES é marcado por contradições que precisam ser destacadas, como é o caso do enquadramento da renda, isso faz com que ele não seja universal, mas restrito aos(as) estudantes que possuem perfil e desses(as), aqueles(as) que poderão ser atendidos(as) de forma prioritária frente a ausência de recursos para atender todos(as). Segundo a autora:

Há ainda uma lacuna tanto nessa legislação como na anterior, sobre como será realizada a verificação dos critérios socioeconômicos, o que dá margem para o uso clientelista do programa, inclusive de pensarmos que não é apenas renda que implica vulnerabilidade social. Além disso, não são apresentados critérios para permanência dos estudantes no PNAES e nem a articulação do acesso com a finalidade do programa, expresso por meio do rendimento acadêmico (IMPERATORI, 2017, p. 297).

Cabe lembrar que a execução do PNAES é descentralizada, com isso, cada universidade dispõem de autonomia para efetivar a sua política e criar regramentos internos próprios acerca das lacunas deixadas pela legislação nacional, de acordo com sua realidade local.

Nas considerações finais do trabalho, a autora expressa que é possível evidenciar a complexidade e as contradições do Programa e que esse ainda não está consolidado. Ao mesmo tempo em que é um avanço o reconhecimento da educação enquanto direito e a criação de condições para permanência, ainda que com limites, o PNAES ainda é um campo de disputa.

O quinto artigo que foi analisado, foi escrito por uma equipe multiprofissional que atua na Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. Trata-se de “Perfil de Estudantes Acolhidos em um Serviço de Saúde na Universidade” e foi elaborado pela enfermeira Luciola D’ Emery Siqueira, pelo psicólogo Matheus Ferreira Guimarães Bastos e pelas assistentes sociais Andréia do Nascimento Santos e Mariana Puridade Marques da Silva. O trabalho foi publicado no ano de 2017, na Revista Brasileira em Promoção da Saúde.

O objetivo dos autores é caracterizar o perfil sociodemográfico e clínico dos(as) estudantes que foram acolhidos(as), entre os anos de 2011 e 2015 no serviço de saúde da UNIFESP. Para tal, são lembradas as alterações que passou a Universidade nas últimas décadas com a ampliação das políticas de acesso e o aumento quantitativo das vagas para ingresso, e tendo como consequência que o “o

ensino superior, antes reduto de classes socioeconômicas mais favorecidas, torna-se aos poucos mais acessível para várias camadas da sociedade, o que tem modificado o perfil do estudante universitário brasileiro” (SIQUEIRA, BASTOS, SANTOS e SILVA, 2017, p. 02).

Os autores destacam que apenas ampliar o número de vagas não é suficiente, é fundamental que existam políticas voltadas para a permanência e mostram que a promoção a saúde é uma das áreas de atuação do PNAES, buscando uma ação voltada para o bem-estar e a criação de hábitos saudáveis no ambiente universitário:

A universidade apresenta-se como um ambiente propício para a efetivação de políticas promotoras de saúde, principalmente pelo fato dos indivíduos estarem em uma fase de transição para a vida adulta, em que a adoção de hábitos saudáveis repercutirá de forma positiva durante toda a fase do desenvolvimento humano. Considerando a universidade um ambiente que agrega aprendizagem e desenvolvimento e influencia a qualidade de vida de seus membros, iniciativas promotoras de saúde no contexto universitário podem contribuir na capacitação dos indivíduos para torná-los autônomos em cuidar de sua saúde, oferecendo também ferramentas para o exercício da cidadania e da participação social (SIQUEIRA, BASTOS, SANTOS e SILVA, 2017, p. 02).

Há ainda poucos estudos que mostrem o perfil dos(as) estudantes que ingressam nas Universidades e sua relação com a permanência, ainda que se saiba que as exigências da vida acadêmica impactem diretamente na saúde física e mental dos(as) acadêmicos(as), o que pode ser constatado quando se avalia os altos índices de problemas psicoafetivos encontrados junto aos(as) estudantes.

Quando se analisa o público que foi atendido no serviço de acolhimento da UNIFESP entre 2011 e 2015, temos em sua maioria acadêmicas do sexo feminino, que estavam entre os 20 e os 29 anos de idade. Além disso, quase metade dos(as) atendidos(as) não trabalhavam, se dedicando de forma exclusiva às atividades acadêmicas. Dos(as) que desenvolviam outras atividades, cabe ressaltar que 36,5% realizavam estágios ou atuavam na área da educação (que totalizava 32,5%).

Com relação ao contexto de saúde anterior ao acolhimento, mais de 70% dos(as) que procuraram o serviço relataram que não tinham doenças pré-existentes. Entre aqueles(as) que tinham há destaque para as doenças psicossociais, como depressão, ansiedade e pânico, além de doenças crônicas, como hipertensão e diabetes.

O encaminhamento para especialistas é um dos principais motivos que levaram os(as) estudantes a procurar o serviço, o que segundo os autores “se deve

ao fato de que o sistema de saúde pública demora um longo período de espera para encaminhamento para especialistas e dos estudantes verem no hospital universitário uma oportunidade de atendimento mais rápido e de qualidade” (SIQUEIRA, BASTOS, SANTOS e SILVA, 2017, p. 06).

Acerca das discussões apontadas pelos autores, merece destaque o entendimento de que o sofrimento psíquico faz parte da vida universitária, mas se encontra em maior grau no início e final dos cursos e que os serviços de saúde são um espaço privilegiado de escuta das questões apontadas pelos(as) discentes e de fortalecimento do vínculo com a Universidade.

O sexto artigo que integra essa análise foi publicado no Ceará no ano de 2018, na Revista Labor pela professora Elenilce Oliveira e pela assistente social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Elaine Vieira Silva e se chama “Convergências e dissonâncias dos programas PNAES e Bolsa-Permanência e Lei de Cotas”. As autoras se propõem a tal discussão orientadas do ponto de vista teórico e metodológico pelo materialismo histórico-dialético e iniciam mostrando que nos últimos 17 anos houve mais oportunidades de acesso e permanência na Universidade.

São citados como avanços o FIES (Fundo de Incentivo a Estudantes do Ensino Superior), o REUNI, o PROUNI (Programa Universidade para Todos) e o PNAES, além do Programa Bolsa Permanência do MEC (PBP). Sobre esse último, foi criado através da Portaria do MEC 389/2013 e direcionou bolsas para estudantes indígenas e quilombolas e estudantes com renda per capita de até 1,5 salários-mínimos.

Uma discussão apresentada no artigo é a referente ao enquadramento da educação enquanto política de educação:

A assistência estudantil compõe uma das dimensões da assistência social, conforme Garrido (2012). Neste sentido, deve ser compreendida como direito do cidadão – leia-se estudante – e constitui dever do Estado protegê-lo dos efeitos da desigualdade ou vulnerabilidade em que se encontra, porventura, a pessoa. Esta assertiva não é, contudo, uníssona, uma vez que a assistência estudantil é, por vezes, mencionada como parte da política de educação (OLIVEIRA e SILVA, 2018, p. 07-08).

Quando se olha para os dados referentes ao ingresso, podemos ver que ainda estão longe da universalização que se espera. Dados apresentados pelas autoras mostram que apenas 14,8% dos(as) jovens entre 18 e 24 anos acessam o

ensino superior e que 44% dos(as) estudantes de instituições de ensino federal são das classes C, D e E.

Os desafios para a permanência não são apenas de ordem socioeconômica, pois envolvem o capital cultural trazido pelos(as) estudantes, as dificuldades do ponto de vista pedagógico e simbólico objetivo e a trajetória escolar que possuem, conforme apontam as autoras em seu texto.

Ao analisar de forma mais específica a Lei de Cotas, o PNAES e a Bolsas Permanência do MEC, as autoras mostram que há uma série de divergências entre eles, desde critérios mais específicos, até exigências para acesso aos mesmos.

Há em comum que todas as políticas quando apresentam recorte de renda, trazem como orientação a renda familiar per capita de até 1,5 salários-mínimos, contudo da análise surgiram diversas indagações que serão compartilhadas aqui:

Porque o programa Bolsa-Permanência elegeu critério relativo à carga horária diária do curso de graduação se a Lei de Cotas se refere a todos os cursos superiores e técnicos de nível médio? Porque inexistente na justificativa de criação do citado programa alguma referência a estudos que apontem, porventura, maior percentual de abandono e evasão em cursos com carga-didática igual ou superior a cinco horas diárias? Asseveramos que o programa Bolsa Permanência é o mais restritivo e, por isso, desalinhado em relação ao PNAES e à Lei de Cotas (OLIVEIRA e SILVA, 2018, p.10-11).

As autoras concluem o estudo apresentado aspectos em que os programas se alinham. Além da renda, merece nota a “inclusão das pessoas com deficiência – evidenciando o poder político deste segmento nas políticas sociais de acesso e permanência, universalizante, o que compromete o direito à política social” (OLIVEIRA e SILVA, 2018, p. 11).

Finalizando os artigos selecionados aqui, temos o trabalho de Jonis Manhães Sales Felipe, que é assistente social no Instituto Federal Fluminense e publicou no ano de 2018, na Revista Eletrônica de Educação, o trabalho “Perfil socioeconômico dos estudantes demandantes e atendidos pela assistência estudantil no Instituto em questão.

Felipe (2018) apresenta os resultados de uma pesquisa quantitativa realizada com os(as) estudantes que solicitaram a assistência estudantil nos anos de 2015 e 2016 no Instituto em que atua, sistematizando as informações e comparando os dados relativos aos(as) estudantes que tiveram auxílios concedidos e aqueles(as) que não tiveram êxito em função da limitação de atendimento que se tinha.

O autor inicia evidenciando o papel que teve o PNAES na configuração da assistência estudantil atual, bem como seu alinhamento com as demandas de órgãos como Banco Mundial, no que diz respeito as estratégias de enfrentamento da miséria e aumento da escolaridade da força de trabalho.

No que tange ao contexto dos anos de 2015 e 2016, Felipe (2018) destaca que houve um crescimento no número de inscrições para os auxílios, o que está relacionado ao aumento dos índices de pobreza da população do país no período. Os dados apresentados pelo autor mostram que houve um acréscimo de quase 1,5 milhões de pessoas vivendo nessa situação em relação ao ano de 2016, “algo que vai de encontro à tendência verificada nos anos anteriores (até 2014) em que a expansão da renda e do vínculo regulado do trabalho era o pilar dos governos petistas”(FELIPPE, 2018, p; 854).

Ainda no período houve o bloqueio de novas inscrições no Programa de Bolsas Permanência do MEC, que passou a atender apenas estudantes indígenas e quilombolas. Isso, somado ao quadro de acirramento da desigualdade, contribui para que se possa entender o aumento que houve na procura por assistência estudantil.

Os dados apresentados pelo autor, referentes à renda per capita familiar, origem escolar dos(as) estudantes, número de pessoas que contribuem para a renda e escolarização dos membros do grupo familiar reafirmam o quadro de aumento da pobreza já citado. Nas palavras do autor:

As informações sobre o perfil demonstram nitidamente um processo de agravamento geral das condições de vida dos estudantes do IFF, materializados no aumento vultuoso da demanda por benefícios com critérios socioeconômicos de um ano para outro. Esse processo não está desvinculado de um movimento mais amplo de retomada do crescimento da pobreza no cenário nacional (FELIPPE, 2018, p. 862).

Em um período histórico marcado pelo agravamento da situação socioeconômica, em que a proteção social é cada vez mais minimizada, a educação e as políticas de assistência estudantil também sofrem com essa conjuntura, isso fica claro quando se percebe que o aporte de recursos na área sofreu inclusive declínio nos últimos anos.

O autor lembra, já nas considerações finais de seu texto que:

Se por um lado a expansão do acesso aos ensinos tecnológico e superior pode representar uma possibilidade de superação do ciclo de pobreza,

informalidade e baixa qualificação em situações particulares, conforme identificou Inácio, Fahel e Estrella (2007) e Vargas (2011); por outro lado, não se pode perder de vista que, sem condições materiais efetivas, por meio de ações regulares e suficientes de assistência estudantil, essas possibilidades são consideravelmente reduzidas (FELIPPE, 2018, p. 864).

É a partir desse panorama que o autor busca evidenciar os limites de uma política seletiva e que não consegue atender a totalidade dos(as) estudantes que possuem perfil para integrar as ações do PNAES. Isso mostra que é necessário a realização de novos estudos e pressão política para ampliação do financiamento na área, haja vista que a educação é um direito social, imprescindível à dignidade humana.

CAPÍTULO IV - APROXIMAÇÕES ENTRE OS ARTIGOS ANALISADOS FRENTE OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Podemos dizer que, em que pese que cada um dos textos foi produzido em um espaço diferente e partindo de experiências e práticas diversas, há um conjunto de elementos que os aproximam e que permitem que possamos entender quais são os temas, que nessa amostragem, adquirem centralidade nas falas dos(as) assistentes sociais, bem como o que esses nos dizem sobre os limites e possibilidades de sua atuação, como questionamos desde o início do estudo.

Não há como negar que as contradições que fazem parte do PNAES, mas não só dele, senão das políticas no campo da educação, estiveram presente em todos os trabalhos. Desde aqueles que trouxeram um histórico das ações (IMPERATORI, 2017), até os que abordam o contexto da instituição em que atuam (PACHANE e VITORINO, 2015; SANTOS e MARAFON, 2016; LESSA, 2017, SIQUEIRA, BASTOS, SANTOS e SILVA, 2017 e FELIPPE, 2018), todos(as) fizeram referência às mazelas da questão social e como elas impactam na permanência na Universidade.

Como sabemos, tal tema é a essência da atuação profissional do(a) assistente social, assim, a discussão sobre a forma como a riqueza se divide de forma desigual e a negação de direitos que está presente na lógica capitalista de produção estiveram presentes em todos os artigos analisados.

A assistência estudantil é resultado da pressão dos movimentos da sociedade por materialização de direitos, mas também da necessidade de manutenção da

ordem vigente, em um movimento dicotômico e que desafia o(a) assistente social, que precisa atuar dentro de políticas seletivas, mas que os(as) mesmos(as) defendem que sejam universais. Essa discussão, como podemos ver, também esteve presente em muitos dos trabalhos (PACHANE e VITORINO, 2015; SANTOS e MARAFON, 2016; LESSA, 2017; OLIVEIRA e SILVA, 2018 e FELIPPE, 2018).

Uma questão fundamental ao Serviço Social que foi abordada também é a configuração da assistência estudantil enquanto política de educação e não enquanto assistência social. Isso traz limites a sua atuação e faz com que tenhamos uma visão compartimentada das ações, pois envolve áreas que estão no cerne dos direitos fundamentais, como é o caso da moradia, da alimentação, da saúde física e mental, enfim, das condições de vida digna.

Todos os autores abordam que houve nos últimos anos um acirramento da desigualdade social e que isso faz com que haja uma procura cada vez maior de subsídios da assistência estudantil. Ao mesmo tempo, não há ações que acompanhem esse movimento e há muitos limites. Sobre isso, destaca-se a discussão acerca da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (LESSA, 2017) e proposta por Oliveira e Silva (2018) sobre as incongruências entre o PNAES, a Política de Cotas e a Bolsa Permanência do MEC.

Sobre a necessidade de alinhamento entre as ações de acesso e permanência, há consenso entre todos(as) os(as) autores(as). Apenas as ações que garantem cotas para ingresso na Universidade não são suficientes para que essa possa ser um espaço cada vez mais plural e marcado pela presença das classes populares. Da mesma forma, não apenas ações de caráter econômico são necessárias. É preciso que a Universidade reconheça a especificidade do público que tem recebido, formado por trabalhadores(as), estudantes que vem de contextos marcados pela exclusão e trajetórias escolares recortadas (SANTOS E MARAFON, 2016; LESSA, 2017; OLIVEIRA e SILVA, 2018 e FELIPPE, 2018).

Cabe destacar a importância da interlocução do Serviço Social com outras áreas. Isso não apenas quando se pensa os processos de trabalho, mas também a produção do conhecimento. Temos três dos artigos analisados que foram escritos de forma multiprofissional (PACHANE e VITORINO, 2015; SIQUEIRA, BASTOS, SANTOS e SILVA, 2017 e OLIVEIRA e SILVA, 2018) e que mostram a relevância disso. É fundamental que cada vez mais se possa problematizar o fazer, que se produzam estudos que partam das experiências que são compartilhadas e das

especificidades de cada área que se complementam na busca do atendimento integral dos(as) estudantes.

Imperatori (2017) lembra que há ainda poucos trabalhos que discutem em termos mais gerais a assistência estudantil e suas contradições e potenciais. Ao passo em que há um conjunto maior de estudos que partem das experiências de Instituições específicas, é preciso que sejam cada vez mais criados espaços de diálogo entre os profissionais e produção de conhecimento científico.

Faz parte do cotidiano do(a) assistente social a reflexão sobre a prática, assim poder transformar isso em produção acadêmica é um desafio que precisa estar sempre presente. Isso porque é a partir desse movimento de ação-reflexão-ação que se expande e chega até outros(as) colegas que se pode avançar, aprender com a experiência narrada e problematizada pelo(a) outro(a).

A importância de não trabalhar de forma isolada, tanto entre os pares, quando do ponto de vista interinstitucional, esteve presente em todos os artigos que abordam experiências concretas ou trazem mapeamentos do espaço em que atuam.

Outro aspecto que transpassou as análises que tiveram tal propósito foi a criação de vínculos entre o setor social e os(as) estudantes atendidos(as). Destaca-se aqui as questões relacionadas à saúde trazidas por Siqueira, Bastos, Santos e Silva (2017), quando apontam que as práticas de acolhimento realizadas no programa de saúde analisado, tem um papel importante no vínculo dos(as) acadêmicos(as) com a assistência estudantil.

A assistência estudantil é um direito e não uma concessão ou benevolência do Estado. Em todos os artigos essa dimensão política e fundamental para o entendimento do papel de cada um(a) e de todos(as) na execução e desenvolvimento das ações foi fundamental e encerra uma questão fundamental no Projeto Ético-político do Serviço Social que diz respeito a forma como entendemos as políticas públicas e o papel protagonista dos(as) estudantes, em todas as suas etapas e não apenas no recebimento do auxílio/benefício.

Uma discussão importante e que esteve presente em mais de um trabalho foi a referente aos limites encontrados quando pensamos a avaliação socioeconômica apenas do ponto de vista da renda (IMPERATORI, 2017; LESSA, 2017 e FELIPPE, 2018). É preciso ampliar esse olhar e considerar outros aspectos que dizem respeito à trajetória sócio-histórica dos(as) estudantes e que impactam na sua trajetória

escolar. Aqui é fundamental considerar a importância do diálogo e trabalho conjunto com outros espaços que integram a assistência estudantil.

No que tange às condições de trabalho, além dos aspectos já citados, cabe lembrar que no âmbito das IFES ainda há o descumprimento do artigo 5º da Lei 12317/2010, que estabelece a jornada de trabalho dos Assistentes Sociais de 30 horas semanais. Conforme citado nos textos analisados, nas Universidades a jornada tem sido majoritariamente de 40 horas, o que é mais um limite importante que ainda temos na garantia de direitos e condições de trabalho.

Como podemos ver a assistência estudantil, enquanto espaço sócio-ocupacional do Serviço Social é um campo fecundo de discussão e problematização. A questão social e a forma como suas contradições se materializam nas Universidades faz parte das preocupações dos(as) profissionais da área e há muito o que se avançar ainda para que tenhamos políticas de permanência universais e que possam chegar até todos(as) fortalecendo-se ao longo do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final do presente trabalho, ratificando a importância do movimento de ação-reflexão-ação acerca da prática no Serviço Social. Isso para que tenhamos uma atuação sempre pautada nos preceitos éticos e no compromisso com a transformação social assumidos por esses(as) profissionais em seu cotidiano.

Quando tomamos contato com a produção acadêmica dos(as) assistentes sociais ficam evidentes seus compromissos, sobretudo no que tange ao deslindamento e superação das cruéis mazelas e impactos da questão social. Analisar os textos produzidos pelos(as) profissionais acerca da assistência estudantil permite tal reflexão.

Do mesmo modo, quando nos capítulos que antecederam, abordamos a trajetória da assistência estudantil e a forma como as políticas voltadas para a permanência se materializam no Brasil, podemos perceber que temos aqui um campo de disputa, que exige dos(as) profissionais a defesa constante de sua importância e do quanto são fundamentais para que possamos ter uma Universidade cada vez mais plural, inclusiva, colaborativa e que acolha a todos(as).

A Universidade, como vimos, não foi pensada para atender às classes trabalhadoras, mas sobretudo às elites. Então, fazer com que possa ser um espaço que promova condições de permanência é um desafio que está para além de recursos socioeconômicas, posto que implique a forma como as relações se estabelecem na mesma, desde o ponto de vista de seu projeto político-pedagógico.

Apenas a garantia de recursos para atender uma parcela seletiva de estudantes, que vivem em condições de extrema desigualdade não será suficiente. Assim como não atenderá às condições de permanência, uma Universidade que não reconheça as especificidades dos sujeitos que a formam e suas marcas, seus desafios cotidianos para chegar até a sala de aula, sua jornada de trabalho e as experiências, nem sempre exitosas em sua vida escolar passada, que condicionam a forma como lidam com o processo de ensino-aprendizagem no presente.

O REUNI, em que pesem suas contradições já apresentadas, traz uma contribuição importante nesse sentido, quando propõem a interiorização da Universidade, ou a oferta de cursos superiores noturnos para atender aos(as) trabalhadores(as). Isso é uma dimensão da questão, porque é preciso que existam políticas públicas universais e que possam garantir condições de equidade para todos(as).

O PNAES, pelo limite orçamentário e de recursos que tem, não consegue dar conta da totalidade da questão. Ainda que apresente objetivos em sua definição com relação a democratizar as condições de permanência e minimizar os efeitos da desigualdade socioeconômica, não consegue atender a integralidade dos(as) estudantes, pois não há recursos orçamentários disponíveis para isso, fazendo com que se tenha que priorizar determinadas áreas de atuação ou públicos.

Isso faz com que sejam necessários processos de seleção, os quais como abordamos, são na maior parte das vezes gerenciados pelos(as) assistentes sociais na Universidade e utilizam como critério a avaliação socioeconômica.

É preciso de avançar nisso, aprimorando cada vez mais a capacidade de se trabalhar junto, de se construir espaços de trocas entre as diferentes áreas que fazem parte da assistência estudantil e qualificar os processos de concessão de auxílios, assim como sua configuração, em muitos casos.

Somente com a integração dos diferentes saberes/fazeres e com a garantia de condições humanas e materiais adequadas é que será possível garantir a permanência nas Universidades.

Tal assertiva é compartilhada por todos(as) os(as) autores(as) assistentes sociais que abordamos no capítulo anterior. Independente do enfoque que foi dado ao artigo, todos(as) reafirmam em alguma medida que a assistência estudantil possui ainda uma série de desafios em sua constituição e que é fundamental sua superação para que possamos ter, de fato, a permanência de forma qualificada na Universidade.

Os trabalhos analisados, quando discutem aspectos referentes às experiências das instituições em que atuam os(as) autores(as), trazem reflexões acerca da prática que são muito potentes para que se possam pensar os rumos que a assistência estudantil tem tomado no país. Isso porque se trata de uma política que tem em seu centro a autonomia universitária, que faz com que tenhamos diversas formas de execução nas Universidades, respeitando as especificidades e características de cada uma delas.

Quando tomamos contato com esses textos aprendemos, tanto acerca do desenho institucional de cada uma delas, ou seja, da forma como executam as políticas de assistência estudantil, quanto sobre os aspectos que ainda precisam avançar e que limitam a atuação.

Da mesma forma, são muito enriquecedoras as análises propostas por assistentes sociais acerca de questões conceituais da assistência estudantil e das contradições e possibilidades que elas trazem. O referencial teórico e o compromisso assumido na escrita fica evidente, assim como o entendimento acerca do contexto sócio-histórico e econômico em que nos movemos.

Com a realização da pesquisa foi possível identificar que o papel dos(as) assistentes sociais nas Universidades não se limita a concessão dos auxílios, por meio dos processos de avaliação socioeconômica, ou mesmo do planejamento das ações que serão desenvolvidas. É imprescindível que esses(as) profissionais possam ser também produtores(as) de conhecimento sobre o tema, que possam seguir produzindo reflexões potentes, como as analisadas aqui, acerca da sua prática e dos caminhos que a assistência estudantil tem tomado no país e nas Universidades.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Josimeire O. **O elo assistência e educação**: análise assistência/desempenho no Programa Residência Universitária alagoana. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

BAUER, Martin. **Análise de conteúdo clássica**: uma revisão. In: BAUER, Martin.; GASKELL, George. (Org.). Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br). Acesso em 05 mai. 2022

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília (DF), 30 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL, Presidência da República do. Decreto Nº 7234, de 19 de julho de 2010. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 2010. Disponível em: Decreto nº 7234 (planalto.gov.br). Acesso em 15 out. 2021.

CARSOSO, Márcia Regina, OLIVEIRA, Guilherme e GHELLI, Kelma Gomes. Análise de Conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**. v.20, n.43, p.98-111, 2021. Disponível em: [1443 \(fucamp.edu.br\)](http://1443.fucamp.edu.br). Acesso em 20 out.2021.

CFESS/CRESS. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Brasília, 2014.

FREITAS, Rita; BARROS, Nívia; MESQUISTA; Adriana e SILVA, Irís. História do Serviço Social – resgatando uma história de mulheres. **Revista EM PAUTA**, Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2018 - n. 42, v. 16, p. 228 – 246.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1996.

IMPERATORI, Thaís. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº 129, maio/ago. 2017.

LESSA, Simone. Assistência Estudantil Brasileira e a Experiência da UERJ: entre a inovação e o atraso na atenção ao estudante. Revista em Pauta, 2017. Disponível em [Assistência estudantil brasileira e a experiência da Uerj: entre a inovação e o](#)

[atraso na atenção ao estudante | Lessa | Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea](#). Acesso em 05 de maio de 2022.

MACHADO, Gabriel; OLIVEIRA, Cristiano e FREITAS, Tiaraju. Avaliação do impacto dos benefícios de assistência estudantil sobre o desempenho acadêmico: o caso da Universidade Federal do Rio Grande. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. V.55, 2021. Disponível em <https://doi.org/10.38116/ppp55art2> . Acesso em 18 out. 2021

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MEIRELLES, Giselle Ávila Leal de. **O Serviço Social e a “Questão Social”**: a desigualdade social e a pauperização da classe trabalhadora brasileira. In: Seminário de Serviço Social, Trabalho e Política Social. Florianópolis: UFSC, 2018.

MOTA, Tatiane. O Trabalho do/a assistente social frente ao Programa Nacional de Assistência Estudantil no IFMT. In **Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Maranhão, 2015. Disponível em: [o-trabalho-do-a-assistente-social-frente-ao-programa-nacional-de-assistencia-estudantil-no-ifmt.pdf \(ufma.br\)](#). Acesso em 15 de nov. de 2021.

NASCIMENTO, Ana Paula. Assistência Estudantil e Projeto Ético-político do Serviço Social: democratizar acesso ou permanência. In: **Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira**, Ano VI, setembro de 2013. Disponível em: [assistência estudantil e projeto ético-político do serviço social.pdf \(ifs.edu.br\)](#). Acesso em 06 maio de 2013.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NIEROTKA, Rosileia e TREVISOL, Joviles. Os Jovens das Camadas Populares na Universidade Pública: acesso e permanência. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.19, n.1, p. 22-32, jan/jun. 2016. Disponível em: [Revista Kat\341lysis 1.19.2016 completa \(scielo.br\)](#). Acesso em: 23 out.2021.

OLIVEIRA, Elenilce Gomes e SILVA, Elaine. Convergências e dissonâncias dos programas PNAES e Bolsa-Permanência e a Lei de Cotas, **Revista Labor**, Fortaleza, Volume 1, nº 19, p. 05-14, Julho de 2018.

PACHANE, Graziela e VITORINO, Bruna. A Expansão do Ensino Superior no Brasil pelo Programa REUNI: democratização da formação universitária ou apenas uma ambivalência legal? In: **Poiésis - Revista do Programa de Pós-graduação em Educação**. Unisul, Tubarão, v.9, n.16, p. 438 - 456, Jul/Dez 2015. Disponível em: [\(Microsoft Word - 13 A expans\343o do ensino superior no Brasil pelo programa REUNI\) \(semanticscholar.org\)](#). Acesso em 06 de maio de 2022

PALAVEZZINI, Juliana. Trajetória da assistência estudantil no ensino superior federal do Brasil. **Anais do II Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos**, Londrina – PR, 2017. Disponível em [Formatação dos artigos para publicação nos anais \(congressoservicosocialuel.com.br\)](http://congressoservicosocialuel.com.br). Acesso em: 06 de maio de 2022.

SANTOS, Cláudia e MARAFON, A Política de Assistência Estudantil na Universidade Pública Brasileira: desafios para o Serviço Social. In: Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 15, n. 2, p. 408-422, ago./dez, 2016. Disponível em: [Vista do A Política de Assistência Estudantil na Universidade Pública Brasileira: desafios para o Serviço Social / The Student Assistance Policy in Brazilian Public University: challenges to Social Work \(pucrs.br\)](http://pucrs.br). Acesso em 06 de maio de 2022.

SOBRAL, Osvaldo. Ensaio sobre o Método de Pesquisa Marxista: uma perspectiva do materialismo dialético. **Revista Científica FacMais**, Goiás, v. II, n. 1, 2021.

SPOSATI, Aldaiza. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. São Paulo: Cortez, 2004

VASCONCELOS, Programa Nacional de Assistência Estudantil: Uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em-Revista**, Uberlândia, v.17, n.2. p. 599-616, jul./dez.2010.

Olá Maria de Fátima,

Parabéns pelo belíssimo relatório de pesquisa elaborado.
Foi um enorme prazer estar contigo nesse processo de elaboração.
Desejo-lhe sucesso pessoal e profissional.
Abs
Profa. Silmara Quintana